

SIGNOS IDEOLÓGICOS E CONCEITOS AXIOLÓGICOS: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA LEITURA DE UM ADESIVO OBSCENO

(Ideological signs and axiological concepts: an interdisciplinary proposal for the reading of an obscene sticker)

Claudia Priori¹

(Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR- Campus de Campo Mourão)

Adriana Delmira Mendes Polato²

(Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR - Campus de Campo Mourão)

ABSTRACT

This work analyzes the presence of an ideological/axiological content sustaining a possible reading of an imagetic textual materiality, whose discourse is moved through the genre automotive sticker. It regards a sticker made to be placed specifically at the vehicle gas' door, with its orifice representing the genitalia of Dilma Rousseff, then President of Republic, who appears in the image with her legs spread open and in red clothes. Thus, we describe the operation of historical and social-ideological aspects inherent to the broad and immediate situation of interaction and the way such aspects reflect in the material, both in the sticker's form and content, connecting in its whole social valuations that are fundamental for the constitution of a possible political discourse anti-Dilma, supported by a male chauvinist and misogynist discourse. The theoretical basis gathers contributions from Bakhtinian theory, history of women and gender studies, outlining the possibility of a dialogical and interdisciplinary work.

Keywords: *ideological signs. social axiologies. power relations. representations of women.*

RESUMO

O trabalho analisa a presença do conteúdo ideológico/axiológico que sustenta a possível leitura de uma materialidade textual imagética, cujo discurso se mobiliza por meio do gênero adesivo automotivo. Trata-se de adesivo produzido para ser fixado, especificamente, ao bocal do tanque para abastecimento de veículos, cujo orifício é representativo da genitália da então presidenta da República, Dilma Rousseff, que aparece de pernas abertas e vestida de vermelho. Assim, descrevemos o funcionamento de aspectos sócio-ideológicos e históricos inerentes à situação imediata e ampla de interação e o modo como se refletem no material utilizado, na forma e no conteúdo do adesivo, concatenando em seu todo acabados valorações sociais fundamentais à constituição de um possível discurso político anti-Dilma, atravessado pela sustentação de um discurso machista e misógino. A baliza teórica à discussão coaduna contribuições da teoria bakhtiniana, da história das mulheres e dos estudos de gênero, esboçando a possibilidade de um trabalho dialógico e interdisciplinar.

Palavras-chave: *signos ideológicos. axiologias sociais. relações de poder. representações da mulher.*

INTRODUÇÃO

As produções teóricas do chamado Círculo de Bakhtin³ situam-se como uma ruptura epistemológica que emerge do contexto stanilista totalitário de violência, de arbitrariedade e

¹ Docente da UNESPAR - Campus Campo Mourão.

² Professora Assistente no Colegiado de Letras da UNESPAR – Campus Campo Mourão. Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

de privação de direitos humanos fundamentais, ecoando substancialmente para as disposições das ciências humanas e, em especial, para as das ciências da linguagem na atualidade. O Círculo defende um fazer científico de estatuto intersubjetivo no campo das humanas (BAKHTIN, 2003) e confere à interação verbal o lugar central das relações sociais. Por isso, sustenta reflexões que amparam analisar funcionamento ideológico dos signos (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 2006), dada a sustentação de sua significação ancorada em axiologias sociais (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926) inerentes tanto à situação sócio-histórica mais imediata quanto à situação mais ampla de interação entre interlocutores socialmente organizados. Atualmente, essas conceituações têm sido amplamente revisitadas por teóricos estudiosos da linguagem, como Clark e Holquist (2004), Brait (1997), Faraco (2009), Menegassi e Cavalcanti (2013) e Miotello (2005).

Ainda, entendemos que a postura do Círculo de Bakhtin é dialógico-metodológica no fazer científico, visto: a) sugerir que a interação verbo-social é via às mudanças individuais e sociais necessárias aos embates ideológicos, com vistas a combater violências, intolerâncias e injustiças sociais; b) preconizar o diálogo interdisciplinar como possível, na medida em que este corrobore a compreensão do discurso, e, portanto, das formas de organização da vida social e, principalmente, dos valores que as sustentam. Portanto, este trabalho coaduna contribuições da teoria bakhtiniana, da história das mulheres e dos estudos de gênero⁴ para compreensão do discurso, a partir das referências ideológicas e simbólicas de sua sustentação, apontando, sobretudo aos lugares, significados subjetivos e coletivos, que homens e mulheres ocupam no contexto da vida social historicamente organizada.

A história das mulheres, enquanto campo de conhecimento emerge na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960, e na França na década seguinte, e conseqüentemente em outros países, inclusive no Brasil. Múltiplos fatores imbricados – políticos, econômico-sociais, culturais e científicos – colaboraram para a emergência da “mulher” enquanto objeto de estudo nas ciências humanas, e na história em particular (PERROT, 2007). A partir daí, o silêncio sobre a história das mulheres foi cedendo espaço a uma nova prática historiográfica, impulsionada por vertentes da história social, da história cultural e outras abordagens que

³ No contexto das décadas de 20 e 30 do Século XX, o Círculo contava com intelectuais como Medvedev e Volochinov, reunidos em torno da liderança de Bakhtin, por afinidades pessoais e acadêmicas. “Seus escritos teórico-filosóficos, às vezes construídos a mais de duas mãos e, alguns, por meio de trocas de identidades sob pseudônimos, [concretizaram-se] como forma de resistência à visão totalitária do stalinismo” (DE PAULA, 2013, p.243).

⁴ Referimo-nos a gênero aqui, para designar a categoria de análise histórica que envolve as reflexões acerca das relações de gênero e os estudos da história das mulheres, e não aos gêneros do discurso de Bakhtin.

pluralizavam os objetos de investigação histórica, alçando as mulheres enquanto objeto de estudo e sujeitos da história.

Merece destaque, também, a importância da luta, bem como das conquistas dos movimentos feministas, de mulheres e de historiadoras que tiveram grande protagonismo para dar visibilidade, voz e lugar à história das mulheres. Aliado a isso, houve importantes modificações concernentes à própria disciplina histórica, acadêmica e profissional, que trouxe para o debate o tema das subjetividades, ampliando assim o diálogo interdisciplinar com a linguística, a literatura, a psicanálise e a antropologia (SOIHET; PEDRO, 2007), para pensar as diversas dimensões do feminino, da alteridade, da diferença, do “outro” enquanto sujeitos históricos, antes não valorizados pela escrita e discurso historiográfico predominantemente masculinos.

A emergência e consolidação da história das mulheres contribuíram nos anos 1980 para a proeminência dos estudos de gênero⁵ e da abordagem das relações de gênero no processo sócio-histórico. A incorporação do gênero como categoria de análise histórica, proposta por Scott (1990) era de ultrapassar os usos descritivos (vistos como sinônimos de “coisas de mulheres”) e utilizá-lo de forma conceitual e relacional, como formulações teóricas, para compreender como o gênero se impõe (se constrói), se produz e se legitima em temas e relações de poder como a guerra, a diplomacia e a alta política, assim como na maternidade, família, infância, entre tantas outras temáticas. Scott (1990) propõe ainda a articulação de gênero⁶ com outras categorias já existentes como classe, raça/etnia e sexualidades na análise da construção e legitimação das hierarquias de gênero, bem como de seus usos e significados nos mais diversos contextos culturais e simbólicos.

Nessa perspectiva interdisciplinar, coadunando aportes teórico-metodológicos da teoria bakhtiniana, da história das mulheres e dos estudos de gênero, analisamos uma materialidade textual imagética, cujo discurso se mobiliza por meio da forma típica de enunciado Adesivo Automotivo, produzido para ser fixado, especificamente, ao bocal do tanque para abastecimento de veículos. A edição fotográfica dispõe a imagem da então presidenta da República, Dilma Rousseff, de pernas abertas e vestida de vermelho. O adesivo é arranjado de forma tal, que o bocal do tanque de combustível representa o orifício vaginal

⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez. 1990.

⁶ A proposta teórica de SCOTT (1990, p.14) consta de duas partes: de um lado, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; de outro lado, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

da presidenta, a ser simbolicamente penetrado pela bomba de combustível no momento do abastecimento.

O percurso analítico busca investigar como as axiologias sociais integram, organicamente, a constituição material desse enunciado, sustentando o funcionamento ideológico dos signos imagéticos convocados e requerendo a abordagem da dimensão extralinguística da linguagem para compreensão dessa manifestação discursiva, a qual é representativa de relações sociais e, portanto, de conflitos dessa natureza. A partir da interpretação esboçada, subjaz a existência de relações de poder, de dominação e de resistência, de conformação ou de embate à hierarquia e, sobretudo, do desejo incessante por parte de grupos partidários de ideologias arbitrárias em preservar a manutenção da monovalência dos signos, as desigualdades sociais e históricas de gênero e os desníveis de poder entre os gêneros, o que se traduz em condições para manter uma ordem social que favorece seus interesses específicos, principalmente no que tange à detenção do poder político como apanágio exclusivo do masculino, guiado por códigos sexistas, o que exclui as mulheres e busca delimitar o lugar que se quer dar ou negar a elas na esfera pública e política.

A tese é a de que as representações no adesivo sustentam-se no que há de mais ofensivo em sociedades democráticas, nas quais se luta por valores humanos concernentes à não-violência, à igualdade e ao respeito. A obscenidade, o desrespeito e a violência são convocados, caracterizando o tratamento objetificado da mulher, via discurso misógino de ódio. Essa objetificação retira da mulher – representada no adesivo pela figura da presidenta – a condição de sujeita ativa, de cidadania e de integralidade humana, colocando-a numa situação de inferioridade, submissão, humilhação e de alvo da cultura do estupro significada no enunciado. As representações contidas no enunciado evocam discursos sexistas que historicamente pautaram as relações de gênero numa sociedade com herança patriarcal como o Brasil, e revelam, ainda, traços da política nacional impregnada de valores masculinos, dominantes e excludentes, que não aceita e respeita a presença do “outro” – no caso, o feminino – ocupando espaços de poder e mando.

1 SIGNO IDEOLÓGICO E AXIOLOGIAS SOCIAIS NO ENUNCIADO

Na acepção do Círculo de Bakhtin, é na dinâmica da interação do *Eu* com o *Outro* que os objetos do discurso se instauram, ganham voz e se assentam em algum material semiológico, produto da criação ideológica, por sua vez, imersa num dado entorno comunicativo e social. Assim, o signo é sempre social, porque as interações de linguagem

não ocorrem no vazio, mas estão submetidas ao confronto histórico das múltiplas vozes que constituem as relações de poder e as tomadas de posição no discurso.

Em cada ato de interação verbo-social, o falante se subjetiva naquela dada situação imediata, mas essa relação nunca é de um para um. Ela sempre é de uns para um e de um para outros, porque não é do sistema abstrato que o sujeito invoca os signos para servir a seu dizer. O sujeito os apanha já valorados de outros discursos, se apropria deles e atribui ressignificações, tornando-os próprios e orientando-os a seus interlocutores. Isso acontece em situações específicas de interação, em face à posição que defende, a partir de uma expressão que exterioriza, cujo diálogo interior a precede. Acima de tudo, o sujeito do discurso busca o apoio coral social (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926) para que o discurso, assentado em valorações sociais que julga comum, possa se constituir, se reproduzir e se legitimar entre os interlocutores. Assim, todo enunciado acabado é produto da interação autor – interlocutor – tema, visto ser produzido num tempo e espaço reais, ter “um auditório de receptores, destinatários, ouvintes e/ou leitores, e de certo modo a reação dessa recepção” (BRAIT; PISTORI, p. 383). Estabelece-se uma inter-relação entre o receptor e o autor, porque tanto um quanto outro carregam acepções sobre o tema exaurido no enunciado, que, por sua vez, advém do grande tema social que lhe dá origem – o discurso. Isso delega que os signos funcionem apenas a partir dessa interação em um direcionamento bilateral específico aos interlocutores constituídos e ao tema (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926).

Trata-se de compreender que o signo, por ser ideológico, remete a algo situado fora de si, mas que também se banha do conteúdo da consciência individual, ressaltando-se que esta é, por si, sócio-ideológica, porque sempre está em interação com outras.

Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 32).

Nesse sentido, a ideologia não está na consciência, ou fora dela, como pacote pronto, advindo do mundo da natureza (MIOTELLO, 2005). Portanto, nem pode ser analisada como subjetivo-individual, nem como ideia da qual alguém se apropria numa relação objetiva. Ao contrário, a criação ideológica é um ato social e material e não pode ser “introduzida à força no quadro da consciência individual” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p.32), tampouco devolvida à força no quadro social, sendo o signo ideológico a via dessa introdução na consciência e dessa devolução ao seio social.

Segundo Faraco (2005), dessa característica decorre a metáfora do diálogo: da interação que ocorre incessantemente e que configura as verdades sociais como expressão e regulamentação de grupos no horizonte ideológico de uma época. Tomando como base a reflexão do autor, isso significa afirmar que os signos não tocam as coisas a partir de uma relação objetiva e abstrata, calcada unicamente na ideia saussuriana de que representam a união entre significante e o significado. Para além disso, os signos penetram e são penetrados na camada dos discursos que os recobre e esse processo é quantitativo e cumulativo em uma dada organização social, uma vez que ele reconhece valores sociais que se imputam ou que se querem imputar como verdadeiros. Nesse sentido, o enunciado do adesivo automotivo é carregado de discursos perpassados por relações de poder e hierarquias de gênero que denotam valores sexistas e misóginos, os quais estão presentes tanto na autoria quanto na recepção do signo, pois ambos reconhecem-nos como verdadeiros e legítimos, embora criem distintas ressignificações.

Nos processos de nomeação e de referenciação, por exemplo, realizam-se simultaneamente duas operações com os signos: eles refletem e refratam o mundo. O interlocutor não recebe pacificamente o discurso do outro como se estivesse despido de axiologias culturalmente construídas, direcionadas por suas inúmeras contradições e interesses. Ele as recebe, mas não as devolve da mesma maneira; é um “espelho quebrado” que já não reflete, mas refrata a luz para outras direções, “distorcendo” a imagem original.

[...] O que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma mesma comunidade semiótica, ou seja: a *luta de classes*. [...] Consequentemente, *em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Essa plurivalência social do signo ideológico é da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 47-48 – grifos dos autores).

A partir do momento que um enunciado é inserido na cadeia da comunicação verbal e encontra compreensão responsiva para lhe dar reforço ou para lhe refutar o conteúdo, significa que é representativo de uma voz social organizada, porque outras vozes sociais foram convocadas a fim de dar encorpamento àquela, ou seja, apoio coral à sustentação do discurso ali mobilizado.

É, então, a partir de cada situação social e histórica, definida de interação, que os valores sociais relacionados ao tema, bem como aos interlocutores, apresentar-se-ão como

jacentes, de modo peculiar, no todo acabado do enunciado. Este, por sua vez, é produto da expressão da atividade social criadora de autor específico, cuja finalidade é demarcar sua posição axiológica sobre um aspecto desse tema, perante os interlocutores constituídos naquele ato de interação, conforme expõe Bakhtin (2003). Assim, a situação social e histórica imediata e ampla de produção do enunciado encontra resposta intrínseca dentro dele, alcançando correlata sustentação ideológica no extraverbal, no julgamento de valor e na entoação, elementos axiológicos calcados no contexto da vida e acionados no enunciado a partir da enunciação, conforme define Volochinov e Bakhtin (1926).

O extraverbal é compreendido na medida em que se estabelece: 1) “o conhecimento ideológico dos falantes sobre as condutas que devem ter nesse espaço determinado” (MENEGASSI; CAVALCANTI, 2013, p. 436); 2) o conhecimento e a compreensão comum da situação e; 3) a avaliação comum dessa situação. Desse modo, a situação extraverbal “*se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação*” (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926, p.8 grifo do autor). Decorre que o enunciado passa a compreender uma parte percebida ou realizada em palavras e outra parte presumida. O presumido “*pode ser aquele da família, [...] da nação, da classe e pode abarcar dias ou anos ou épocas inteiras*” (VOLOCHINOV; BAKHTIN, [1926] 1976, p.8, grifo do autor). Por isso, a própria história e o contexto mais imediato de produção do enunciado, seu autor e seus interlocutores/ouvintes aparecem inscritos no enunciado, visto serem os mesmos valores sociais presumidos que permitem a compreensão do valor sócioideológico dos signos convocados.

Nas enunciações reais, o extraverbal reflete-se diretamente no todo do acabamento do enunciado concreto, onde os signos não servem ao tratamento generalista do grande tema social, mas servem à exauribilidade de um aspecto desse tema, visto a finalidade do discurso do sujeito falante. O enunciado encontrará sua resposta (compreensão) tanto se assentando “em fatores constantes e estáveis da vida e em avaliações sociais substantivas e fundamentais” (MENEGASSI; CAVALCANTI, 2013, p. 436-437) compartilhadas mais amplas quanto com ancoragem na situação extraverbal mais imediata de interação.

Com alcance social mais ou menos amplo, as valorações sociais compartilhadas acionam o julgamento de valor social como uma verdade da vida e do enunciado, indissociavelmente. Este organiza “a própria forma de um enunciado e sua entoação [...] determina a *própria seleção do material*” (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1976, p.9-10 grifos dos autores), encontrando sua expressão mais apurada na *entoação*, que estabelece o elo firme entre o discurso verbal e o contexto extraverbal.

O julgamento de valor social, por ser um condensador de avaliações sociais, determina a seleção do material pelo autor, assim como a recepção desta seleção ou co-seleção pelo ouvinte. Essa escolha, regida pela alteridade, prenuncia a entoação possível de ser compartilhada pelo locutor e pelo interlocutor/ouvinte para melhor compreensão do tema.

Em qualquer enunciado verbal, as axiologias sociais (extraverbal, juízo de valor e entoação) podem ser sentidas no todo acabado do enunciado. A forma, como por si expressão valorativa da escolha do autor, consubstanciando; o b) o material empregado e; c) um tema, capaz de mover avaliações comuns por parte dos interlocutores.

Desse modo, considerando que o enunciado que nos propomos a analisar é representante de um conflito político que envolve, sobretudo, quadros semânticos-axiológicos (FARACO, 2005) remetentes a questões de relações de poder e de gênero, esboçamos uma análise dos sentidos dos signos ideológicos convocados e de seu assentamento específico na situação extraverbal, nos julgamentos de valor acionados e na entoação pejorativa imprimida. Seguimos à análise do *corpus*.

2 UM ADESIVO “OBSCENO”: DESRESPEITO E VIOLÊNCIA

Em julho de 2015, começaram a circular em redes sociais, principalmente no *Facebook* e no *Twitter*, duas fotos de adesivo automotivo com a imagem da então presidenta da república, Dilma Rousseff. Como já contextualizamos, o “adesivo obsceno” (esse adjetivo foi empregado em várias mídias que trataram do acontecimento, o que denota um julgamento de valor social), com 60 por 40 centímetros, foi produzido para ser fixado na entrada do tanque de gasolina dos carros. Quando abastecidos, a ideia era de que a bomba estaria penetrando sexualmente a presidenta Dilma.

O caso repercutiu negativa e massivamente, tanto que a então ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de ministério, encaminhou uma denúncia ao Ministério Público Federal, à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Ministério da Justiça, pedindo providências com o objetivo de investigar e responsabilizar quem produziu, divulgou e comercializou o produto, cujo conteúdo é considerado lesivo aos direitos e garantias das mulheres e, em especial, de uma chefe de Estado. O produto estava disponível no site “MercadoLivre”, que retirou o anúncio do ar após a repercussão negativa do caso, considerando a possível configuração de um crime passível de enquadramento no artigo 140 da Lei do Código Penal, que coíbe a injúria, a ofensa à dignidade e a falta de decoro. (TERRA, 2015).

O adesivo surge em um contexto político conturbado, logo depois de haver o anúncio do aumento do preço dos combustíveis no segundo mandato presidencial de Dilma. Antes disso, desde 2013, grupos de diversos segmentos sociais já se manifestavam publicamente contra as políticas do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual a presidenta é filiada, principalmente no que diz respeito à condução da economia. Assim, estabelecem-se processos valorativos, imersos na dinâmica sócio-histórico-ideológica, segundo os quais Dilma Rousseff não consegue gerir o país por incapacidade de articulação política e por falta de um “estatuto moral” à altura do cargo. A solução, então, recairia na “volta às origens” com o governo ditatorial - conforme clamavam vozes mais exaltadas - ou com a continuação da democracia, desde que houvesse impeachment.

Da interação entre os críticos e os defensores do governo do PT, resultam debates e movimentos parodísticos (alguns dos quais jocosos e irônicos) em redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter*.

É dessa forma, que se antecipando a possíveis interlocutores que repudiam governo Dilma/PT e buscando interagir com eles a partir de valores sociais compartilhados, o autor-criador⁷ do adesivo manifesta seu posicionamento político de repúdio a este governo, escolhendo a forma típica de enunciado “Adesivo automotivo” (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2003) para demarcar sua posição axiológica sobre o tema.

Por um lado, a criação, comercialização, bem como publicização, do adesivo automotivo descrito e analisado, implica a valoração de um signo calcado de violência de gênero⁸, discriminação, desrespeito e misoginia, pois coloca a figura da presidenta e mulher numa condição de objeto sexual, a ser penetrada de forma violenta, simulando um estupro, e nesse caso estupro coletivo, o que se iguala à torpeza e crueldade, diante da adesão social de interlocutores ao adesivo e aos significados inscritos no enunciado. Por outro lado, o estupro coletivo preconiza a ideia de punição pela suposta incapacidade de frear os preços dos combustíveis, já que enquanto presidenta da República, ela não teria exercido satisfatória articulação política para gerir a economia, como já mencionado. Isso demonstra que a ideia de punição adotada pelo discurso enunciado perpassa uma questão de gênero, ao submeter Dilma

⁷ Na acepção de Bakhtin (2003), explicada por Faraco (2007), o autor não é individual, mas socialmente criador, ou seja, autor-criador. Bakhtin (1988) esclarece que “a consciência [...] sócio-ideológica e concreta [...] [do autor] encontra-se de antemão envolvida por um pluridiscursos, e de modo algum por uma só linguagem única, indiscutível e peremptória” (BAKHTIN, 1988, p. 101).

⁸ SAFFIOTTI e ALMEIDA (1995, p.159) utilizam a expressão violência de gênero para designar um padrão específico de violência, que “visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam o gênero feminino”; e “amplia-se e reatualiza-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado”.

Rousseff ao referencial falocêntrico, ou seja, o falo é entronizado como um atributo corretivo da insubordinação feminina e política. O falo é usado simbolicamente como uma arma para ferir e punir, e como salienta Bourdieu (1995), o falo pode ser constituído como um símbolo de virilidade, que toma por base as diferenças entre os corpos biológicos para fundamentar a diferença social e as hierarquias entre os gêneros.

Nesse sentido, fica nítido que o enunciado do adesivo é regido com valores sociais imersos em códigos masculinos de dominação presentes nas interfaces da política brasileira. O adesivo impõe que a solução da possível ingerência da presidenta pudesse ser resolvida com a penetração sexual, sem consentimento, atribuindo ao falo - ao masculino – uma posição superior, corretiva. Essa concepção machista e misógina de que o estupro é corretivo do comportamento insubordinado do feminino, é herança de uma sociedade colonial e escravocrata que objetificava as mulheres negras, ao exercerem posse e propriedade sobre seus corpos femininos, extraindo prazer ou aplicando-lhe castigo, violando-o.

Numa sociedade em que a dominação masculina perdurou por tanto tempo, o corpo feminino carrega, segundo Bourdieu (2010, p.79), “o limite da experiência universal do corpo-para-outro, incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros”. Ou seja, o corpo feminino é socialmente experienciado como objeto simbólico, percebido pelo, e para, o olhar dos outros, e ainda visto como objeto sexual, desejo, consumo e publicidade.

A violência de gênero enunciada no adesivo retira de Dilma Rousseff toda e qualquer possibilidade de reação, anula o papel e poder de Chefe de Estado, impossibilita-a de exercer sua identidade e autonomia, pois a coloca numa situação vexatória, de violência e humilhação.

Para Pierre Ansart,

[...] a humilhação é um sofrimento. Ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua auto-imagem, é não ser respeitado. O humilhado se vê e se sente diminuído, espoliado de sua autonomia, na impossibilidade de elaborar uma resposta, atingido em seu orgulho e identidade, dilacerado entre a imagem que faz de si e a imagem desvalorizada ou difamante que os outros lhe infligem (ANSART, 2005, p. 15).

Articulado a isso, o enunciado comporta a discriminação social inerente à presença da mulher na política, principalmente exercendo o mais alto cargo do poder Executivo, no papel

de mulher pública, o oposto daquilo que as representações do imaginário social esperavam e esperam do feminino, como acentua Michelle Perrot,

Ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma “mulher política”, parece a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou ao contrário, parece dever tudo a ela. Daí os bloqueios, as resistências, que atingem, ao mesmo tempo, o governo e a representação (2007, p. 153).

Historicamente, a imagem de mulher pública esteve relacionada à prostituição, e ainda hoje, as mulheres nos espaços públicos (e privados) sofrem as mais distintas formas de violência, assédio sexual e discriminação, como se o espaço público, as esferas de poder, as posições de mando e o mundo da política não fossem permitidos a elas.

O adesivo obsceno carrega em si uma imagem agressiva, violenta, vexatória e de desrespeito não somente à presidenta Dilma Rousseff, e sim a todas as mulheres que foram simbolicamente feridas e violentadas em sua integridade humana, igualdade política, direitos e cidadania. Por simular um ato de estupro – crime esse que acomete milhares de mulheres cotidianamente – evocando crueldade e violência, não replicaremos a imagem do adesivo obsceno⁹, pois o mesmo reflete a cultura do estupro, as desigualdades políticas e de gênero.

A formulação de um enunciado dessa natureza só é possível porque, no processo de interação verbal, o autor busca o encorpamento de sua voz (vontade discursiva), requerendo apoio coral social presumido de reforço (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926) ao conteúdo do adesivo. Assim, o enunciado passa a representar valores sociais reais da vida corrente e as relações sociais nas quais se assentam. A emolduração do dizer via essa forma compacta de enunciado sintetiza todo um conjunto de ideias que sustentam posições políticas e morais e tanto é mais forte porque já emerge de um campo da atividade humana repleto de tensões – o campo político – que o satura das projeções ideológicas da luta, da defesa voraz de posições antagônicas.

Por meio da convocação de diversos signos, ocorre a retomada ideológica de valores sociais que ferem a maneira de uma sociedade democrática tratar as mulheres, as chefes de Estado, e até mesmo as pessoas idosas (a presidenta tem 67 anos). É possível ler, a partir do uso da cor vermelha, a presença de um signo ideológico que remete, bivocalmente, à associação dessa cor ao sexo e ao desejo e também à representação social dos partidos políticos de esquerda.

⁹ **Fonte:** BLOG BHAZ. Disponível em: <<http://bhaz.com.br/2015/07/01/machista-ofensivo-e-vergonhoso-adesivos-com-dilma-penetrada-por-bomba-e-o-pior-dos-absurdos/>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

Não se trata de uma interpretação objetiva e grosseira, calcada na ideia de que vermelho representa X ou Y. No enunciado, pode se ler que o vermelho funciona nestas duas direções (do sexo e desejo e como referência aos partidos de esquerda): a) porque se convoca o signo da mulher promíscua, prostituta, com a ajuda de outros historicamente reconhecidos, como os sapatos de salto-alto, o sutiã à mostra, a publicização do ato sexual; b) porque, ainda, essa mulher é uma figura política pública, reconhecidamente filiada a um partido cuja a cor representativa é o vermelho. Assim configura-se o signo presidenta mulher que não merece respeito e aceitação social.

E afirmamos que a cor vermelha funciona como signo porque “toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade” (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 2006, p. 29). Decorre, que, no adesivo, Dilma Rousseff passa a ser um signo ofensivo, simbolizado pela mulher pública, a qual não cabe nas representações do imaginário social idealizado de feminino. Desse modo, ataca-se a presidenta com ódio e desprezo, configurando-se um discurso machista e misógino assentado, historicamente, na naturalização do desrespeito às mulheres ditas promíscuas ou que escolhem vivenciar a liberdade sexual da qual são socialmente privadas.

Nessa ótica discursiva do enunciado, as mulheres públicas, historicamente relacionadas à figura de prostituição, não são dignas de respeito, não são “mulheres honestas”, e por extensão, Dilma, a presidenta, chefe de Estado e mulher pública também não seria digna de respeito e consideração, pois não se enquadra no modelo idealizado de cuidadora do lar, da família e do espaço privado. Assim como Dilma, a grande maioria das mulheres não cabe nessa moldura estreita e idealizada de gênero, que limita os espaços que elas podem ocupar, inclusive as esferas de poder e a política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do adesivo automotivo, à luz do corpo teórico, evidencia que o autor-criador, guiado pela relação de alteridade que mantém com seus possíveis interlocutores, investe em compartilhar juízos de valor social que permitam valorar a mulher como objeto, por meio da degradação, da vulgarização, da banalização e da depreciação. Todos esses elementos possíveis de leitura na materialidade do adesivo ajudam a sustentar a ausência de autoridade para a mulher ser e significar como chefe de Estado. O autor-criador, ainda, marca-se,

arbitrariamente, como desprovido de princípios ou valores que permitam enxergar a mulher e, principalmente, a mulher dita promíscua ou sexualmente livre, como outro a quem se pode estender respeito. A essa mulher sobrepõe-se a imagem de uma chefe de Estado e assim, buscou-se depreciar a figura feminina da presidenta e, por consequência, sustentar a negação do sujeito-político Dilma. Tais prerrogativas retornam na dinâmica da história e do diálogo incessante (o espaço do “já dito” e do “a se dizer”) reforçando a configuração de Dilma Rousseff como alguém a quem não se deve respeito e credibilidade.

Temos que o extraverbal da enunciação (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926), indica que, como chefe de Estado, Dilma não teria sabido conduzir a política econômica, permitindo o aumento do preço dos combustíveis e já ali, na condição de quem não merece respeito, estaria sujeita à violência, agressão, estupro, como formas de punição e castigo. Pode-se ler a sugestão de objetificação, sujeição, submissão e subordinação, porque a penetração brutal e vulgarizada via bomba de combustível seria entendida como merecimento por não se adequar aos padrões sociais, e também por ser presidenta e chefe de Estado, não havia tido tenacidade para direcionar de forma satisfatória a economia do país, e nesse sentido, a enunciação evoca a figura masculina e a simbologia do falo como aquele que estaria corrigindo a situação, tanto da política, quanto do papel de mulher pública, que associada à promiscuidade não mereceria respeito social, já que extrapola as imposições e hierarquias de gênero.

Nesse sentido, a manifestação de ódio, que deriva do efeito de despersonalização da chefe de Estado, nasce da vida corrente e se marca na confluência do diálogo (de profunda tensão) entre grupos sociais, demarcando o tom social agressivo e pejorativo do enunciado. Eis que os fios ideológicos retroalimentam as práticas de linguagem, mobilizando a difusão de ideologias já rebatidas em sociedades ditas desenvolvidas, como o machismo e a misoginia. E se há assentamento para que tais valores sejam compartilhados entre interlocutores, permitindo que discurso de tal natureza possa se constituir entre eles, é sinal de que essas ideologias ainda residem e se reproduzem no cotidiano e que, por força do contexto histórico, ameaçam ressurgir organizadas socialmente, legitimando discursos e práticas sociais que não mais interessam a uma sociedade democrática, supostamente não violenta e justa.

Se não há contrapalavras capazes de redirecionar o processo de reavaliação desses signos convocados, o encorpamento da voz e a evidência de que só possível atribuir a eles sentido X é inevitável. Assim, a interpretação do discurso também é um ato político, na medida em que se propõe a rebater que determinados sentidos sejam naturalizados.

Recebido em: novembro de 2016

Aprovado em: dezembro de 2016
claudia.priori@unespar.edu.br
ampolato@gmail.com

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado – notas para uma investigação. In: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (org.). *Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 15-30.
- BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____ (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- BLOG BHAZ. Disponível em: < <http://bhaz.com.br/2015/07/01/machista-ofensivo-e-vergonhoso-adesivos-com-dilma-penetrada-por-bomba-e-o-pior-dos-absurdos/> >. Acesso em 7 jun. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. A dominação masculina. *Educação e Realidade: gênero e educação*. Porto Alegre, UFRGS, v.20, n.2, jul.-dez. 1995.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- MENEGASSI, R. J.; CAVALCANTI, R. S. de M. Conceitos axiológicos bakhtinianos em propaganda impressa. *Revista Alfa*, vol.57 n° 2, São Paulo, 2013.
- MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 54, p. 281-300, 2007.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez. 1990.
- VOLOCHÍNOV, V. N.; BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Viera. 13ª ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. *Discurso na vida e discurso na arte* (sobre a poética sociológica). Trad. de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza [para fins didáticos]. 1926. Versão inglesa de I.R.Titunik a partir do original russo.